

Seleção Pública para Provedimento de Vagas de Estágio e Formação de Cadastro de Reserva no Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais - TJMG EDITAL 05/2024
Curso de Graduação Relações Públicas
Conhecimentos específicos

GABARITO DEFINITIVO: as respostas corretas estão destacadas

1. Sobre planejamento estratégico, marque a alternativa incorreta:

- Kunch (2003) caracteriza o planejamento em três níveis essenciais: estratégico, tático e operacional.
- O planejamento é um processo complexo e abrangente, com dimensões e características próprias, direcionado por princípios gerais e específicos.
- São algumas etapas importantes do planejamento: o estudo da situação, por meio do levantamento e análise de dados, a identificação dos públicos envolvidos, a determinação de objetivos e metas, a definição dos recursos financeiros e humanos necessários, e a fixação de técnicas de controle.
- **A partir do momento em que as metas são definidas, todo o plano deve ser seguido à risca, pois uma postura mais flexível pode desviar a organização dos objetivos finais.**

2. Julgue as questões a seguir como verdadeiras (V) ou falsas (F):

I) O cidadão é o foco da Comunicação Pública, que deve estimular a participação social das pessoas nos temas de interesse coletivo.

II) A Comunicação Pública pressupõe a utilização de meios plurais e linguagem simples para garantir que a informação seja compreendida pelos diferentes estratos da sociedade.

III) A Comunicação Pública deve prezar pelos interesses da administração que está no poder, divulgando apenas aquilo que for benéfico para a boa imagem da gestão.

IV) Comunicação Pública é o mesmo que marketing político e tem como foco beneficiar o emissor, utilizando-se da comunicação como forma de conquistar e convencer os cidadãos.

Assinale a sequência correta:

- V, F, V, F
- **V, V, F, F**
- F, F, V, V
- F, V, F, V

3. Considere que você está organizando uma solenidade no TJMG, e marque a alternativa incorreta:

- Caso haja o hasteamento da bandeira durante a solenidade, é obrigatória a execução do Hino Nacional.
- É de praxe que se coloque, próximo à mesa de honra, uma panóplia com as bandeiras de Minas Gerais, do TJMG e do Brasil, sendo que esta última ocupa a posição central;
- Durante a execução do Hino Nacional, todos os presentes devem tomar atitude de respeito.
- **Nas solenidades realizadas em órgãos públicos, como o TJMG, o Hino Nacional deve ser cantado, sendo vedada sua execução instrumental.**

4. Considerando as regras de cerimonial e protocolo do TJMG, marque a alternativa incorreta:

- No âmbito do Poder Judiciário Estadual, o Presidente do Tribunal de Justiça presidirá as sessões a que comparecer, exceto as do Tribunal de Justiça Militar.
- **No âmbito do Poder Judiciário Estadual, nas cerimônias que contarem com a presença do Governador, caberá a ele o encerramento da solenidade.**
- O Presidente do TJMG foi convidado pelo Governador para participar de uma solenidade, mas não poderá comparecer. Neste caso, o Presidente do TJMG pode enviar um desembargador como seu representante.
- Nas solenidades do TJMG o Presidente do Tribunal deve-se assentar ao centro da mesa de honra. Caso o Governador compareça, deve-se assentar à direita do Presidente do TJMG, com precedência sobre as autoridades federais, salvo em relação ao Presidente da República, ao Vice-Presidente da República e ao Presidente do Supremo Tribunal.

5. Sobre o emprego dos pronomes de tratamento nas correspondências oficiais, marque a alternativa incorreta:

- O vocativo “Excelentíssimo Senhor/Excelentíssima Senhora” é utilizado para se referir aos presidentes da República, do Congresso Nacional e do STF.
- No corpo do texto, o pronome de tratamento utilizado para se referir a um deputado é “Vossa Excelência”.
- **O pronome de tratamento “Vossa Excelência” pode sempre ser abreviado para “V. Exa.”, independente da autoridade para a qual a comunicação esteja sendo endereçada.**
- O pronome de tratamento “Vossa Excelência” não pode ser abreviado quando utilizado para se dirigir aos presidentes da República, do Congresso Nacional e do STF.